

FEVEREIRO 2025

120ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA

CANETA PESADA

Como as decisões de Donald Trump têm causado surpresa e mexido com a economia mundial



Uma visita crucial para a liberdade de expressão no Brasil

Opções de faculdades livres de militância woke crescem no Brasil; conheça algumas

Índice

Editorial: Uma visita crucial para a liberdade de expressão no Brasil 04

Marcio Antônio Campos: A Canção Nova já é a grande derrotada, aconteça o que acontecer 30

Rodrigo Constantino: O Brasil precisa de um Bukele para ontem! 43

Uma surpresa a cada dia: como as decisões de Trump mexem com a economia mundial 48

Motta faz acenos para a direita e recados ao governo incomodam base de Lula 58

Quem é o rapper Kanye West, ex-bilionário da Forbes agora processado por nazismo 71

Opções de faculdades livres de militância woke crescem no Brasil; conheça algumas 80



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS

LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



B I B L I O T E C A
D A G A Z E T A
GAZETA DO POVO

**ACESSE NOSSOS E-BOOKS
EXCLUSIVOS**



Reunião de parlamentares com o relator da CIDH, Pedro Vaca, em Brasília. (Foto: Gustavo Frazão/Assessoria)

EDITORIAL

Uma visita crucial para a liberdade de expressão no Brasil

A situação catastrófica da liberdade de expressão no Brasil pode finalmente ganhar a repercussão internacional que tem faltado até

agora. Pedro Vaca Villareal, relator especial para a liberdade de expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), chegou ao Brasil no último domingo, dia 9, para ouvir tanto autoridades dos três poderes quanto representantes da academia, da imprensa e de plataformas digitais, sem falar em algumas das inúmeras pessoas que foram censuradas em algum momento desde a instauração do inquérito das fake news no STF, em abril de 2019. A visita deve gerar, futuramente, sua avaliação em um relatório.

Em Brasília, Vaca Villareal se encontrou, na segunda-feira, com o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, que chamou seu colega Alexandre de Moraes, o censor-mor da República. A julgar pela nota publicada pelo STF após a reunião, já que o relator não deu

declarações ou entrevistas, os ministros fizeram o seu melhor para convencer Vaca Villareal que está tudo na mais perfeita ordem; que, se foi preciso censurar, foi apenas em nome da “defesa da democracia”; e que nada foi feito às escondidas.

Obviamente, se o relator tiver um mínimo de desconfiômetro, haverá de se perguntar como é que se “defende a democracia” agredindo a liberdade de expressão de forma tão escancarada. E temos tudo para crer que os ministros não lhe disseram que a suspensão sumária de perfis não tem amparo no Marco Civil da Internet, e é inclusive inconstitucional, por configurar um tipo de censura prévia inaceitável em uma democracia.



Se Vaca Villareal tiver um mínimo de desconfiômetro, haverá de se perguntar como é que se “defende a democracia” agredindo a liberdade de expressão de forma tão escancarada

Mas, ainda que o relator não tenha estudado a lei brasileira antes de sua viagem para descobrir que o Marco Civil da Internet só permite a remoção de publicações específicas, e não a censura de perfis, os parlamentares de oposição que ele encontrou nesta terça-feira certamente terão explicado a Vaca Villareal onde residem as ilegalidades e os abusos cometidos pelas cortes superiores ao longo de todos esses anos, a começar pela censura da revista *Crusoé*, em 2019, um dos primeiros episódios do inquérito das fake news, e que deu o tom de tudo o que

viria a seguir. Foram esses parlamentares que deram início ao processo que terminaria com a vinda do relator ao Brasil: em novembro de 2024, eles foram a Washington para uma reunião que acabou cancelada de última hora (e substituída por uma audiência a portas fechadas), sob a alegação de que o governo brasileiro havia convidado o relator especial para vir ao país – é esta visita que está em andamento agora.

O relator da CIDH teve muito mais a ouvir. Ele pôde conhecer, em primeiríssima mão, as histórias de brasileiros censurados arbitrariamente pelas cortes supremas (alguns desses relatos já lhe haviam sido enviados por escrito); e perceber que, ao contrário do que lhe disseram Barroso e Moraes, as decisões de censura costumam ser sigilosas, a ponto de

muitas das vítimas nem sequer saberem quais publicações as colocaram na mira do STF ou do Tribunal Superior Eleitoral. Ainda ouviu juristas especializados em liberdade de expressão, que apontaram a Vaca Villareal que não apenas o ato de censura em si é uma violação grotesca da Constituição brasileira e da Convenção Americana de Direitos Humanos, mas também que brasileiros são censurados por publicações que nem sequer constituem crime, pois nem “fake news”, nem “desinformação”, nem “discurso de ódio” são categorias definidas na lei brasileira.

Que Vaca Villareal tenha tido a disposição de ouvir com verdadeira abertura os relatos sobre nossa mistura de *O Processo, 1984* e *Fahrenheit 451*; a honestidade intelectual de perceber quão maltratada tem sido a liberdade de expressão no

Brasil; e a coragem de, em seu relatório, chamar as coisas pelo que são e mostrar como o Judiciário brasileiro, com o apoio do atual Executivo e de seus aliados na sociedade civil, tem solapado sistematicamente as garantias democráticas no Brasil. Neste momento, é impossível garantir que será de fato assim, mas, se isso acontecer, estaremos diante de uma grande vitória. Independentemente de haver ou não consequências formais (por exemplo, uma condenação), a mera exposição, com a chancela da Organização dos Estados Americanos (OEA, à qual a CIDH é vinculada), do regime censor instaurado pelo STF já terá o poder de chamar a atenção do mundo para o que ocorre no Brasil – e isso não é pouca coisa.



[Voltar ao índice](#)



O relator especial da liberdade de expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Pedro Vaca Villareal. (Foto: ASCOM/Bia Kicis)

DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Gazeta do Povo protocola manifestação sobre censura no Brasil à CIDH

Por Gazeta do Povo

A Gazeta do Povo protocolou, nesta quarta-feira (12), uma manifestação escrita à Relatoria

Especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que está no Brasil para acompanhar a situação da liberdade de expressão no país. A visita da CIDH, que ocorreu ao longo desta semana, incluiu uma série de encontros com autoridades, organizações da sociedade civil, vítimas de censura e perseguição judicial e representantes da imprensa. O objetivo é avaliar as condições atuais da liberdade de expressão no Brasil, especialmente diante de abusos recentes contra vozes críticas ao Judiciário.

No documento enviado à CIDH, a Gazeta do Povo descreveu casos concretos de censura e destacou o clima de insegurança jurídica vivido por jornalistas e veículos de imprensa no Brasil. O jornal relatou situações de censura prévia, remoção de conteúdos, bloqueio de contas e

sanções financeiras aplicadas sem o devido processo legal, além de abordar a desmonetização de canais e as decisões do Judiciário que contrariam o Marco Civil da Internet. Além de enviar a manifestação escrita, a Gazeta do Povo também esteve presente no encontro com a relatoria, na sexta-feira (14), em São Paulo. Na ocasião, o representante do jornal reforçou os principais pontos expostos no documento e apresentou as conclusões do congresso "O Debate Essencial: Liberdade de Expressão", realizado pela Gazeta do Povo em 2023.

A manifestação escrita, reproduzida na íntegra a seguir, ressalta o compromisso histórico do jornal, fundado há 106 anos, com a liberdade de expressão como pilar essencial da democracia. Confira:

A Gazeta do Povo saúda a vinda da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos ao Brasil para acompanhar de perto os desafios enfrentados pela democracia brasileira. A presença desta Comissão representa uma oportunidade importante de reafirmar os princípios do Estado de Direito e contribuir para que a normalidade institucional seja restaurada em nosso país. A vigilância internacional sobre o respeito aos direitos humanos é decisiva para que abusos sejam corrigidos e não se consolidem como práticas institucionalizadas.

Como jornal comprometido com os valores democráticos, com a informação de qualidade e com o debate público responsável, a Gazeta do

Povo, que completou 106 anos no último dia 3 de fevereiro, sente a necessidade de contribuir com o trabalho da Comissão, oferecendo um relato fidedigno e equilibrado, embora sucinto, do que entende serem os abusos que vêm sendo perpetrados contra a liberdade de expressão no país. Embora o Brasil tenha uma tradição de imprensa livre e vibrante, nos últimos anos testemunhamos um processo de restrição crescente à liberdade de expressão, com medidas tomadas em total contrariedade à Constituição. A normalidade institucional, que deveria ser assegurada pelas instâncias jurídicas, tem sido sistematicamente ameaçada por decisões judiciais que restringem o debate público, silenciam vozes dissidentes e estabelecem um clima de insegurança para jornalistas, analistas e cidadãos.

No conjunto, trata-se de restrições extraordinárias, em geral tomadas sem transparência e com uma fundamentação, quando existente, incompatível com os critérios legais e políticos que regem as nações democráticas. As medidas ferem diferentes princípios constitucionais ligados à liberdade de expressão. Dentre eles, podemos citar:

- Desrespeito ao devido processo legal: A abertura, pelo STF, de sucessivos inquéritos sigilosos sem objeto específico, permitindo que ministros atuem simultaneamente como vítimas, investigadores e julgadores, violando o sistema acusatório, ofereceu o arcabouço central que facilitou todos os demais abusos. O chamado inquérito das fake news é o mais longo, tendo sido aberto há quase seis anos. Inúmeros cidadãos, incluindo críticos ao STF, em razão dessas críticas e em situações muito diversas, foram objeto de investigação, em um modus

operandi que, independentemente das disposições dos ministros, pode ser caracterizado como perseguição. Não há nenhuma previsão oficial quanto ao seu encerramento.

Além disso, investigações sigilosas e decisões judiciais que afetam a liberdade de expressão têm sido implementadas sem permitir amplo direito de defesa, comprometendo a previsibilidade do sistema jurídico e gerando um ambiente de medo. Em agosto de 2024, o jornal Folha de S.Paulo revelou que o ministro Alexandre de Moraes criou uma unidade informal dentro do Judiciário para produzir e modificar relatórios que embasavam decisões em casos do STF sob sua própria supervisão. Esses documentos eram usados para justificar medidas restritivas contra indivíduos previamente selecionados por Moraes, que determinava até mesmo quais postagens em redes

sociais deveriam ser alvo de investigações. Sua equipe pressionava servidores do tribunal a cumprir ordens fora dos trâmites judiciais normais.

- Violação da imunidade parlamentar: A liberdade de expressão mais ampla assegurada pelo princípio da imunidade parlamentar material, prevista no art. 53 da Constituição Federal, foi relativizada e desconsiderada em casos como o que envolveu o deputado Daniel Silveira. Ele foi condenado a oito anos e nove meses de prisão em regime fechado por declarações agressivas contra ministros do STF, que poderiam, no máximo, justificar uma sanção política aplicada pelo Legislativo, mas jamais uma punição criminal imposta pelo Judiciário. O mesmo abuso ocorreu com o deputado Roberto Jefferson, preso preventivamente no inquérito das “milícias

digitais” sem foro privilegiado e sem um crime tipificado de forma clara, quando a lei determina que casos desse tipo devem ser processados na primeira instância.

- Violação do princípio da tipicidade penal: Conceitos como “desinformação” e “discurso de ódio”, que não têm previsão legal e não caracterizam por si sós tipos penais, têm sido usados para investigar e processar cidadãos, em um evidente abuso judicial.

- Confusão entre fato e opinião e o uso indevido do conceito de fake news: O conceito de "desinformação" tem sido utilizado também para justificar remoções de conteúdo e sanções, transformando tribunais em árbitros da verdade, sem transparência nos critérios adotados, e ferindo

o princípio de que o direito de crítica, sobretudo de autoridades e atuações públicas, é o mais amplo possível. Com efeito, etiquetar uma manifestação opinativa como “desinformação”, em uma evidente e inaceitável confusão entre fato e opinião, tem o efeito de reduzir o alcance da liberdade de crítica. Durante as eleições de 2022, o TSE ordenou o banimento de perfis e conteúdos que questionavam a integridade do sistema eleitoral. O economista Marcos Cintra, por exemplo, foi alvo dessa censura apenas por apontar, com base em dados oficiais do próprio TSE, que Bolsonaro teve zero voto em centenas de urnas, questionando se havia uma explicação para o fenômeno. Apesar do tom moderado e da ausência de qualquer acusação direta de fraude, o STF determinou a exclusão do tuíte, classificou-o como “fake news”, impôs censura prévia a Cintra proibindo novas postagens suas sobre o tema, sob

pena de multa diária de R\$ 20 mil reais, e ordenou que a Polícia Federal fosse à sua casa para notificá-lo e interrogá-lo. Sua conta no X foi bloqueada e a plataforma foi obrigada a fornecer seus dados ao tribunal. Inúmeros outros conteúdos, como, por exemplo, análises futuras sobre a possível atuação de candidatos se eleitos – algo que jamais poderia ser caracterizado como factual –, foram retirados em período eleitoral.

– Sanções desproporcionais e arbitrárias: Medidas como bloqueio de redes sociais, desmonetização de canais e remoção de perfis têm sido aplicadas sem previsão legal e em evidente ofensa ao princípio da proibição de sanções excessivas (pelo efeito inibidor que têm no âmbito da liberdade de expressão). Jornalistas e cidadãos têm sido vítimas de uma verdadeira “morte civil digital”, sem direito ao contraditório. Um inegável ambiente de

repressão do discurso no mundo digital tem sido instaurado no país.

- Avanço da censura prévia: Além do caráter desproporcional dos “banimentos” de perfis em redes sociais, essas decisões judiciais têm o evidente cariz de censura prévia, por impedirem quaisquer manifestações futuras de seus titulares. Excessivas, portanto, e incompatíveis com o princípio da proibição da censura prévia, o que só aumenta o efeito inibidor sobre o trabalho da imprensa e de analistas políticos. Além de ter normalizado a derrubada de páginas em redes sociais e a desmonetização de canais, o Judiciário brasileiro chega a determinar que alguns cidadãos não têm o direito de criar perfis nas redes, como nos casos do jornalista Allan dos Santos e do influenciador Monark. Em outubro de 2022, o TSE proibiu a exibição do documentário "Quem

Mandou Matar Jair Bolsonaro?", produzido pela Brasil Paralelo, até o final do segundo turno das eleições. A decisão foi tomada antes mesmo da veiculação do conteúdo.

- Violação do Marco Civil da Internet: O avanço das cortes superiores sobre a regulação do ambiente digital não se deve a uma lacuna legislativa, mas sim a um ativismo judicial que ignora os limites estabelecidos em lei. O artigo 19 do Marco Civil da Internet estabelece que plataformas digitais não podem ser obrigadas a remover conteúdos sem ordem judicial específica e fundamentada. No entanto, o STF e o TSE inovaram juridicamente ao criar normas próprias para remover conteúdos de ofício, sem necessidade de provocação externa. Em 2022, por sugestão de Alexandre de Moraes, o tribunal aprovou uma resolução concedendo à presidência do TSE o poder de ordenar a remoção

de conteúdos sem pedido de candidato, partido ou Ministério Público Eleitoral. Além disso, impôs multas de até R\$ 150 mil por hora para descumprimentos e permitiu a suspensão preventiva de perfis e canais acusados de “desinformação”, mesmo sem decisão judicial específica. A aplicação dessas medidas em desacordo com o Marco Civil da Internet abriu um precedente perigoso para a censura de conteúdos jornalísticos e políticos.

Como se nota, sob a justificativa de combater desinformação e discursos perigosos, as cortes superiores vêm restringindo o espaço de discussão sobre temas fundamentais para a sociedade brasileira. O resultado é um ambiente em que jornalistas e cidadãos são obrigados a medir cada palavra, temendo sanções que podem ir da

remoção de conteúdos ao banimento de plataformas.

Um caso que atingiu diretamente a Gazeta do Povo foi a remoção de uma publicação no X (antigo Twitter), determinada pelo TSE em 2022. A publicação censurada noticiava a suspensão do sinal da CNN pela ditadura de Daniel Ortega na Nicarágua. O conteúdo fazia alusão ao apoio do presidente Lula a Ortega. O ministro que julgou o pedido, Paulo de Tarso Sanseverino, alegou que houve "campanha difamatória" do jornal contra Lula. O episódio gerou reações de parlamentares, jornalistas e entidades como a Associação Nacional de Jornais (ANJ), que alertaram para os riscos de se consolidar um ambiente onde a crítica legítima se torna motivo para sanções arbitrárias.

Alguns colunistas da Gazeta do Povo também foram alvos de censura. Rodrigo Constantino teve suas redes sociais e contas bancárias bloqueadas e seu passaporte cancelado por ordem do ministro Alexandre de Moraes, sem que houvesse qualquer acusação formal, apenas por expressar opiniões políticas. Flávio Gordon foi banido do X (antigo Twitter) por determinação do TSE, unicamente por questionar a segurança das urnas eletrônicas. Guilherme Fiúza também teve suas redes sociais banidas e só pode reavê-las no último dia 7 de fevereiro. A inclusão desses jornalistas em inquéritos sigilosos, sem que tenham conhecimento exato das razões ou acesso pleno às acusações contra eles, cria um ambiente de intimidação e reforça o efeito de autocensura na imprensa brasileira.

A censura judicial direta é apenas um dos elementos do problema. Um dos efeitos mais danosos das recentes decisões dos tribunais superiores é a criação de um clima de medo e insegurança, que leva jornalistas e veículos de imprensa a evitar temas considerados sensíveis. Questões como a confiabilidade do sistema eleitoral ou as decisões do STF se tornaram delicadas a ponto de serem tratadas com extrema cautela, não por razões éticas ou editoriais, mas por receio de represálias judiciais.

Esse ambiente representa uma ameaça real à função essencial da imprensa de fiscalizar o poder e garantir que a sociedade tenha acesso a informações relevantes para a formação de sua opinião. Quando jornalistas precisam pensar duas vezes antes de publicar análises sobre instituições públicas, a transparência e a accountability são

comprometidas, e a democracia perde um de seus principais instrumentos de controle social.

Embora a Gazeta do Povo não esteja entre os veículos mais diretamente atingidos pela censura, sua cobertura jornalística tem permitido sentir de perto os impactos concretos dessas restrições sobre indivíduos e grupos que enfrentam sanções arbitrárias. A visita da CIDH ao Brasil ocorre em um momento em que o país precisa urgentemente reafirmar seus compromissos com a democracia e os direitos fundamentais. A liberdade de imprensa e o direito ao devido processo legal são princípios inegociáveis, e qualquer tentativa de relativizá-los deve ser vista com preocupação.

A censura imposta pelo Judiciário brasileiro, seja por meio da remoção de conteúdos, do bloqueio de

perfis ou da criminalização da opinião, tem avançado de forma alarmante. Se não for contida, pode se tornar um mecanismo irreversível de controle da informação e de repressão ao debate público.

Agradecemos a oportunidade de apresentar este relato e nos colocamos à disposição para fornecer mais informações e esclarecimentos sobre os temas abordados. Seguiremos firmes na defesa da liberdade de expressão e do direito à informação, princípios essenciais para a preservação da democracia no Brasil e no mundo.



Voltar ao índice



Cruzeiro que marca a entrada da comunidade católica Canção Nova, em Cachoeira Paulista (SP). (Foto: HVL/Wikimedia Commons)

OPINIÃO

Marcio Antonio Campos

A Canção Nova já é a grande derrotada, aconteça o que acontecer na Justiça

Durante essas três semanas em que estive de férias, surgiu, cresceu e perdeu força o caso da

ação movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Fundação João Paulo II, mantenedora do sistema de comunicação criado pela Comunidade Canção Nova. O juiz responsável pelo caso, Gabriel Gonzalez, já rejeitou uma série de pedidos do MP-SP e marcou uma audiência de conciliação para 25 de março, ou seja, daqui a mais de um mês. Li tanto o pedido de proposição de ação enviado pelo MP quanto as alegações da defesa do padre Wagner Ferreira da Silva (presidente do Conselho Deliberativo da Fundação João Paulo II) e a decisão do juiz Gonzalez, e acredito que, independentemente do desfecho dessa ação específica, a grande derrotada já é a própria Canção Nova – mas não pelos motivos que parecem mais evidentes. Explico.

Estritamente falando, o que existe – e o que deu origem à ação – são duas situações envolvendo a Canção Nova e a Fundação João Paulo II. A primeira é uma questão de *compliance* envolvendo o afastamento de funcionários da fundação acusados de assédio moral; em um primeiro momento, eles haviam sido afastados, mas depois a punição foi suspensa (*suspensa, não anulada*) por suspeitas de que esses quatro funcionários – todos pertencentes à Canção Nova – não teriam tido direito ao contraditório e à ampla defesa.

A segunda questão é relacionada aos repasses da fundação à Canção Nova: a Fundação João Paulo II, além de realizar diversas obras assistenciais e educacionais, administra a marca “Canção Nova” e entrega à comunidade valores oriundos, por exemplo, da venda de

produtos que levam essa marca. O MP alegava que estava havendo uma ingerência excessiva da Canção Nova na fundação, e que haveria irregularidades nesses repasses.

Sobre as questões específicas, não sei nada além do que está nas alegações do MP e do padre Wagner. Um amigo que atua como advogado em casos envolvendo instituições religiosas me disse que infelizmente há muito problema de confusão patrimonial em fundações ligadas a igrejas (menos por má-fé e mais por desconhecimento de como funcionam essas coisas), mas, sendo verdade o que diz o padre Wagner, não é o caso da Fundação João Paulo II, cujas contas estariam todas devidamente aprovadas. O que surge de tudo isso, então, é que no fim o que ocorre é uma disputa dentro da Canção Nova pelo controle da fundação (e,

temos de dizer, das centenas de milhões de reais que ela movimentava), tendo de um lado o padre Wagner e, de outro, a família Jardim – mais especificamente, Wellington Jardim (conhecido como “Eto”), sua esposa Luzia Santiago e um dos filhos do casal, Filipe Garcez Jardim, atual diretor-executivo da fundação.



Disputas internas são muito mais mortais para qualquer obra apostólica que ataques externos

Isso nos leva à minha consideração inicial. Se for isso mesmo, independentemente de como termine a ação judicial, e independentemente de quem esteja certo nisso tudo, a Canção Nova já perdeu. Como me disseram outros bons amigos, disputas internas são muito mais

mortais para qualquer obra apostólica que ataques externos. Esses últimos acabam fortalecendo a comunidade, que se une para resistir. Mas, quando a briga é interna, as consequências podem ser catastróficas; o próprio Jesus já advertia sobre isso ao falar do “reino dividido contra si mesmo” em Mateus 12 e Marcos 3. E não é coincidência que isso esteja acontecendo pouco tempo depois da morte do monsenhor Jonas Abib, o fundador da Canção Nova. Se, nos primeiros anos sem o fundador, os projetos individuais ficam acima do bem da comunidade (inclusive quando os projetos individuais estão disfarçados de preocupação com o bem da comunidade), o espírito de cooperação termina e a iniciativa apostólica passa a correr sério risco.

Não digo com isso que compro integralmente as alegações da defesa. Não conheço nenhum dos envolvidos e não boto a mão no fogo por ninguém. Pode ser que haja algo errado na administração do dinheiro e, se for assim, que cada um seja punido de acordo com sua responsabilidade. Mas, de tudo o que tenho lido e ouvido até agora, inclusive de pessoas com boas fontes, parece ser mesmo um caso de briga pelo poder, e isso poderá ser fatal para uma obra que tanto bem fez e faz aos católicos no Brasil.

E o MP nisso tudo?

Quando o caso chegou ao conhecimento do público, de imediato a reação foi a de acusar uma tentativa do MP de “laicizar” a Fundação João Paulo II. É verdade que a promotora Marcela Gomes Ilha solicitava que a Justiça

decretasse uma intervenção na fundação, com destituição em caráter liminar da maioria dos membros do Conselho Deliberativo e a nomeação de um interventor. Da leitura da peça preparada pela promotora fica evidente que ela vê a ligação entre Canção Nova e Fundação João Paulo II como uma ameaça a esta última, chegando a falar em “conflito de interesses” pelo fato de o padre Wagner ser presidente tanto da Comunidade Canção Nova quanto do Conselho Deliberativo da fundação.

O juiz Gonzalez, no entanto, rejeitou o pedido, e vale a pena ler seus argumentos, bastante sensatos. Afirma ele que “não se trata de uma fundação privada que, a partir de manobras estatutárias ou fatos não previstos, viu-se sob a influência de outra instituição. Na realidade, o caso é de uma fundação pensada para uma

atuação separada, mas em estreita ligação com a Comunidade (ambas tidas como instrumentos para a evangelização e atuação social), inclusive com apoio financeiro, estrutural e de mão de obra”. Ou seja, a relação íntima entre Canção Nova e Fundação João Paulo II é reflexo do desejo de seu fundador; é assim que tem de funcionar.

E o magistrado foi além, ao afirmar que não cabe ao MP tentar forçar mudanças no estatuto da fundação para restringir a participação de membros da Canção Nova no Conselho Deliberativo. “Não se pode determinar a alteração [estatutária] por se entender que a fundação será mais bem gerida de tal ou qual forma”, afirma o juiz, acrescentando que, “ainda que [os fatos apontados pelo MP sejam] verídicos, não parecem conduzir à conclusão de

que a composição do órgão a partir de indicações da Comunidade Canção Nova (ainda que por outras pessoas) levaria ao afastamento das finalidades da Fundação João Paulo II”.

Talvez, mais que “laicização”, o MP pretendesse uma “descanção novização” da Fundação João Paulo II – o que já estaria errado de qualquer maneira, já que o desejo do monsenhor Jonas era de que as duas instituições funcionassem em simbiose. O MP até publicou uma nota afirmando que não pretendia laicizar nada.

E por que é tão fácil acreditar que o MP-SP estivesse mesmo querendo “laicizar” a Fundação João Paulo II? Porque o Ministério Público, e aqui eu me refiro tanto ao Ministério

Público Federal quanto aos MPs de vários estados, é bem ativo contra a liberdade religiosa dos cristãos.



O Ministério Público, e aqui eu me refiro tanto ao Ministério Público Federal quanto aos MPs de vários estados, é bem ativo contra a liberdade religiosa dos cristãos

Quem mandou abrir inquérito contra um padre que criticou a decisão do STF que equiparou o racismo à homofobia? O Ministério Público. Quem denunciou um pastor evangélico por criticar murais pintados em um túnel e que mostravam divindades de religiões afro-brasileiras? O Ministério Público. Quem quer proibir câmaras de vereadores de usar a

expressão “sob a proteção de Deus” em suas sessões? O Ministério Público. Quem queria proibir alunos de escolas públicas de se reunir espontaneamente e rezar nos intervalos das aulas? O Ministério Público. Quem perseguiu escolas cristãs por conteúdos contrários à ideologia de gênero? O Ministério Público (e mais de uma vez). Quem abriu inquérito para investigar “racismo religioso” em uma alteração de letra de música? O Ministério Público. E esses são apenas alguns exemplos.

Com esse histórico de agressões à liberdade religiosa exibido pelo Ministério Público, promotores e procuradores não têm como ficar surpresos quando suas ações são vistas como manifestação de laicismo. Claro, somos amigos da verdade e chamamos as coisas pelo que elas são, e não as chamamos pelo que elas não são, e

é possível que, *neste caso específico*, seja um exagero falar em “laicizar” a Fundação João Paulo II. Mas, se os laicistas militantes do MP não pararem de extrapolar suas funções e de querer impor às próprias preferências na marra, por meio de ações judiciais espetaculosas e TACs onde não há nenhuma conduta irregular que precise ser ajustada, a instituição continuará a ser vista como adversária dos cristãos e outros mal-entendidos virão.



Autor: Marcio Antonio Campos é editor de Opinião da Gazeta do Povo. Autor de "A razão diante do enigma da existência" e coautor de "Bíblia e natureza: os dois livros de Deus – reflexões sobre ciência e fé", mantém a coluna quinzenal Tubo de Ensaio e uma coluna semanal sobre temas relacionados à Igreja Católica. **Os

textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



O presidente de El Salvador, Nayib Bukele. (Foto: EFE/ Jeffrey Arguedas)

OPINIÃO

Rodrigo Constantino

O Brasil precisa de um Bukele para ontem!

Um ciclista foi baleado e morto durante um assalto na manhã desta quinta-feira, dia 13, ao lado do Parque do Povo, na região do Itaim Bibi,

área nobre de São Paulo (SP). Câmeras de segurança registraram a ação. De acordo com informações preliminares, o homem estacionou o carro no local por volta das 6h10, tirou a bicicleta do veículo e atravessou a rua para ir em direção à ciclovia da Marginal Pinheiros. Neste momento, dois criminosos se aproximaram em uma moto e praticaram o crime.

O ciclista foi atingido no pescoço e encaminhado ao Hospital das Clínicas, mas não resistiu aos ferimentos. Ele tinha 46 anos, era natural de Minas Gerais e trabalhava como professor de ciclismo. Estava a caminho de uma aula e parou na calçada por apenas alguns minutos para enviar uma mensagem pelo celular. Mataram o cara do nada por conta de um celular! Apenas mais uma quinta-feira...

O Brasil acabou! O país está entregue aos bandidos, foi tomado por marginais cada vez mais ousados, que se inspiram nos péssimos exemplos que vêm de cima. Se o presidente é um ladrão condenado que foi recolocado na cena do crime, como diria seu próprio vice, então tudo é permitido. Se o STF, em vez de proteger a Constituição, persegue patriotas inocentes e blinda traficantes, então não há mais lei, só anomia. Salve-se quem puder!

Sair para passear pelas ruas nobres da cidade mais rica do país virou uma loteria, eis a verdade. O clima é de medo constante. Os cidadãos se adaptam e passam a normalizar o que é claramente absurdo, surreal, bizarro. Enquanto isso, a velha imprensa foca na “letalidade policial”, insistindo na narrativa abjeta de que os bandidos são “vítimas da

sociedade”. São cúmplices da bandidolatria que tomou conta do Brasil, hoje já um narcoestado.

Só há uma saída para essa situação: uma espécie de Nayib Bukele, alguém linha dura o suficiente para fazer o que tem que ser feito, para enfrentar a bandidagem com o rigor necessário, para prender todos os marginais e mandar às favas as afetações “progressistas” da turma do “direito dos manos”.

É guerra, gente! Quem acha que o Brasil não está numa guerra não entendeu bem a realidade – ou os números. Só que nessa guerra atual, só um lado tem arma, só um lado pode atirar e ainda é protegido pelo podre e carcomido Sistema Judiciário. Até mesmo os liberais podem compreender que, em situações

extremas assim, alguns valores devem ser colocados em segundo plano para que o básico possa ser restabelecido. É hora de um Bukele brasileiro colocar ordem nessa bagunça. Essa figura teria o apoio da imensa maioria do povo, que não aguenta mais viver nessa selva dominada por corruptos e safados. Que venha o nosso Bukele logo, enquanto há tempo!



Autor: Rodrigo Constantino, Economista pela PUC com MBA de Finanças pelo IBMEC, trabalhou por vários anos no mercado financeiro. É autor de vários livros, entre eles o best-seller “Esquerda Caviar” e a coletânea “Contra a maré vermelha”. Contribuiu para veículos como Veja.com, jornal O Globo e Gazeta do Povo. Preside o Conselho Deliberativo do Instituto Liberal. **Os textos do colunista não

expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Trump: enxurrada de medidas amplia incerteza e tende a afetar inflação e crescimento econômico global. (Foto: EFE/EPA/AL DRAGO / POOL)

Estados Unidos

Uma surpresa a cada dia: como as decisões de Trump mexem com a economia mundial

Por Vandr  Kramer

As primeiras medidas econ micas da

administração de Donald Trump nos Estados Unidos ampliaram a incerteza econômica mundo afora. A imprevisibilidade torna os mercados ainda mais voláteis e reforça projeções de aumento da inflação e redução do crescimento global. Ao adotar tarifas sobre importações e adotar um discurso com viés protecionista, os EUA alteraram a dinâmica do comércio internacional. Analistas alertam para possíveis impactos, sobretudo em economias emergentes, como o Brasil. Medidas já anunciadas miraram desde a "inimiga" China até países parceiros como Canadá e México.

Uma das mais recentes foi a adoção de uma tarifa de 25% sobre as importações de aço e alumínio, com o objetivo de fortalecer a indústria doméstica. Paralelamente, o governo estabeleceu medidas de retaliação contra países

que impõem tarifas a produtos norte-americanos.

Arnulfo Rodríguez, analista do banco espanhol BBVA, entende que as tarifas vêm sendo utilizadas por Trump como instrumento para forçar a negociação em questões de política externa. Mas afirma que elas carregam potenciais consequências econômicas. Segundo Lívio Ribeiro, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) e sócio da BRCG Consultoria, o estabelecimento de tarifas sobre importações tem sido marcado por idas e vindas, trazendo incertezas aos mercados internacionais. "Esse cenário gera reações em cadeia que são difíceis de prever", analisa o pesquisador.

Para o Bradesco, o protecionismo norte-americano pode resultar em mudanças estruturais nos fluxos comerciais. Segundo Felipe Wasjkop França, economista do banco, embora a retórica protecionista fosse esperada na agenda do governo Trump, a implementação das tarifas ocorreu de forma mais ampla do que muitos previam. O Bradesco calcula que a intensificação das tarifas comerciais entre os Estados Unidos e parceiros pode reduzir em até 2,1% o crescimento do PIB global nos próximos quatro anos, ao mesmo tempo em que adiciona 4,5 pontos percentuais à inflação mundial.

Incerteza adia decisões de investimento e eleva custos das empresas

O banco classifica de "errática" a postura dos EUA na política externa e diz que ela tende a

afetar o PIB global à medida que decisões de investimentos das empresas são postergadas até que o cenário se torne mais claro. Ou seja: não é só o estabelecimento de tarifas que afeta a economia, mas a própria dificuldade de prever os próximos passos. Quanto mais tempo demorar para o horizonte clarear, mais as decisões tendem a ser adiadas.

Em newsletter enviada a leitores no dia 9, Adam Roberts, um dos editores da revista britânica *The Economist*, comentou sobre a enxurrada de ações e declarações de Trump, e como ela dificultava a "digestão" do que estava sendo anunciado e a preparação para os próximos passos. "Entre o momento em que escrevo este boletim e você o lê, sem dúvida outra enxurrada de notícias terá sido desencadeada", apontou o

jornalista. De fato: horas depois, Trump anunciou tarifas sobre aço e alumínio.

Ainda que medidas anteriores de Trump tenham sido temporariamente suspensas após negociações com os países envolvidos, o que não pode ser descartado também no caso de aço e alumínio, a mera incerteza cobra seu preço. Um exemplo. Caso uma siderúrgica decida baixar a produção, considerando a dificuldade de competir no mercado norte-americano após o "tarifaço", poderá ter de desligar um ou mais altos-fornos. Trata-se de um processo complexo, custoso e que pode demorar de cinco a sete dias, conforme o caso. Envolve a redução gradual da alimentação de matérias-primas e do fluxo de ar, para que a temperatura caia gradualmente e não provoque danos à estrutura do alto-forno.

Caso depois as tarifas sejam suspensas ou reduzidas e essa mesma empresa decida reiniciar o alto-forno, terá de aquecê-lo gradualmente até atingir a temperatura operacional, o que pode levar de dez a 14 dias.

Geopolítica tende a interferir mais nas relações comerciais

De acordo com Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, as negociações comerciais recentes refletem uma tendência de maior influência geopolítica no comércio internacional, priorizando aspectos estratégicos sobre fatores econômicos tradicionais. "Em vez de apenas eficiência econômica, fatores geopolíticos e de segurança nacional passaram a nortear as negociações

entre países. Esse movimento foi intensificado nos últimos anos e pode reduzir o ritmo do comércio global", afirma. Felipe Uchida, do departamento de análises da Equus Capitla, destaca que as tarifas adicionam pressão sobre os fluxos comerciais globais, repercutindo de forma direta em países exportadores como o Brasil. A Allianz Trade avalia que o aumento de tensões comerciais entre Estados Unidos e China pode trazer volatilidade ao mercado de commodities, setor chave da economia brasileira.

Apesar de algum alívio temporário, dado pela recuperação dos preços de commodities e pelo adiamento de novas tarifas por parte da administração Trump, o quadro internacional segue desafiador. Economistas da XP Investimentos apontam que a persistência no

crescimento econômico e na inflação nos Estados Unidos reduz a probabilidade de cortes nas taxas de juros em 2025. Caso protecionismos se aprofundem, produtos importados podem se tornar ainda mais caros. Juros mais elevados nos EUA também poderiam atrair investidores estrangeiros, levando à fuga de capitais de economias emergentes e à consequente desvalorização do real. Os custos de financiamento para empresas e governos brasileiros seriam pressionados, enquanto a inflação tenderia a aumentar.

Além dos efeitos econômicos, as decisões de Trump estão conectadas a mudanças nas alianças geopolíticas e comerciais. A intensificação de disputas comerciais entre Estados Unidos e China, por exemplo, pode criar oportunidades para o Brasil como fornecedor de

commodities para o mercado chinês. Entretanto, tais oportunidades também trazem desafios ao posicionar o país entre duas potências econômicas globais.

O Itaú Unibanco avalia que os potenciais benefícios para o Brasil podem ser limitados. Ao contrário da guerra comercial entre 2018 e 2020, a estrutura atual do comércio global tem menos espaço para ganhos substanciais nas exportações brasileiras de commodities. Além disso, possíveis alterações nos acordos comerciais do Mercosul, como uma eventual saída da Argentina do bloco sob o governo Javier Milei, poderiam gerar instabilidade regional, dificultando uma reação mais robusta do Brasil.



[Voltar ao índice](#)



O presidente da Câmara, Hugo Motta, e o presidente Lula durante encontro no Palácio do Planalto (Foto: EFE/Andre Borges)

Presidente da Câmara

Motta faz acenos para a direita e recados ao governo incomodam base de Lula

Por Wesley Oliveira Por Luis Kawaguti

A primeira semana de Hugo Motta (Republicanos-PB) à frente da Câmara dos

Deputados foi marcada por uma série de acenos para a oposição e por diversos recados ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Por um lado, as movimentações agradaram, principalmente, lideranças da direita, enquanto a base aliada do Palácio do Planalto já sinaliza um desgaste com as sinalizações dadas pelo sucessor de Arthur Lira (PP-AL) na Casa.

A oposição se articula, por exemplo, para tentar avançar com o projeto apresentado pelo deputado Bibó Nunes (PL-RS), que reduz o prazo de inelegibilidade da Lei da Ficha Limpa de oito para dois anos. A avaliação do grupo é de que, se aprovada até outubro deste ano, a mudança poderia liberar os direitos políticos de Bolsonaro para que ele concorra à presidência em 2026. "Deputados de diferentes partidos já

me procuraram para dar apoio ao texto, a sinalização do presidente Hugo Motta nesta semana mostrou que podemos avançar com o texto", disse Bibó Nunes. Como mostrou a **Gazeta do Povo**, o apoio de partidos do Centrão é visto como estratégico pela oposição para avançar com o projeto.

Contudo, o tema não é consensual no Partido Liberal. Parte dos parlamentares acredita que é difícil defender o tema, pois o enfraquecimento da Lei da Ficha Limpa pode beneficiar não só os perseguidos políticos, mas também indivíduos envolvidos com corrupção. O ideal, segundo afirmou uma voz influente do partido que pediu para não ter o nome revelado, seria a aprovação de um projeto para anistiar Bolsonaro especificamente.

Na semana passada, em pelo menos duas ocasiões, o presidente da Câmara afirmou que considera "muito extenso" o período previsto na Lei da Ficha Limpa, de oito anos de inelegibilidade. No dia 7 de fevereiro, em entrevista à rádio *Arapuan FM*, da Paraíba, Hugo Motta prometeu atuar de forma "imparcial" no julgamento do projeto da oposição que propõe a redução do prazo. “Eu dei a minha opinião pessoal. Num sistema democrático em que você tem eleição de dois em dois anos, você não achar que oito anos é um tempo extenso no processo é você não reconhecer o sistema democrático. Oito anos na política brasileira é uma eternidade”, disse Motta.

Ainda segundo o presidente da Câmara, o projeto "veio à tona" com foco nas eleições de 2026 e em meio à discussão se Bolsonaro poderá

ou não ser candidato. A expectativa é de que a proposta seja deliberada pelo Colégio de Líderes antes de um acordo sobre a tramitação em si. "Vamos discutir com responsabilidade, dividir a decisão com o Colégio de Líderes, para ver se esse assunto deve ser priorizado ou não", completou Motta.

PL da anistia volta ao centro das discussões na Câmara

Outro aceno feito por Motta aos parlamentares da oposição foi em relação aos condenados pelos atos de vandalismo do 8 de janeiro de 2023. Segundo o presidente da Câmara, os atos não foram uma tentativa de golpe de Estado, limitando-se apenas a depredações. "O que aconteceu não pode ser admitido novamente, foi uma agressão às instituições. Uma agressão

inimaginável. Agora, querer dizer que foi um golpe... Golpe tem que ter um líder, uma pessoa estimulando, tem que ter apoio de outras instituições interessadas, e não teve isso", disse Motta.

Além disso, o deputado disse que a Câmara está "digerindo" a proposta que prevê anistiar os presos do 8 de janeiro. "Não posso chegar aqui e dizer que vou pautar a anistia semana que vem, ou não vamos pautar. Será um tema que vamos analisando, digerindo", afirmou Motta.

As declarações foram vistas por integrantes do PL como uma forma de incentivo para que a oposição se mobilize para aprovar o projeto. No ano passado, o então presidente da Câmara, Arthur Lira, indicou que levaria a proposta para

uma Comissão Especial. Agora, a articulação é para que o colegiado seja instalado por parte de Hugo Motta. O posicionamento de Motta encorajou o PL a iniciar nesta terça-feira (11) uma estratégia desenhada em novembro do ano passado, quando o partido concordou em apoiar sua candidatura. Ela consiste em levar familiares de presos de 8 de janeiro de 2023 para contar suas histórias no Congresso.

Vanessa Vieira, mulher de Ezequiel Ferreira Luís, condenado a 14 anos de prisão, Jane Duarte, viúva de Clériston da Cunha, que morreu na prisão, e seis crianças filhas de presos nos atos estiveram na Câmara. Aos prantos, Vanessa apelou publicamente por misericórdia de Hugo Motta e depois se encontrou em particular com ele. Fontes ligadas a Bolsonaro disseram que ele não participou do

ato por acreditar que o foco principal da luta por anistia são os presos na manifestação, e não ele. O líder da oposição na Câmara, deputado Luciano Zucco (PL-RS), ressaltou que o PL da Anistia é uma pauta "que dará a devida pacificação" ao país e disse que a bancada vai cobrar de Hugo Motta a votação do projeto direto no plenário.

Enquanto isso, lideranças parlamentares continuam a articulação política. "A gente está conversando e dialogando, a melhor forma, o melhor método, ainda tem uma conversa com o presidente Hugo para a gente avaliar. E inicialmente estamos conversando com os demais líderes. Porque o que importa são os votos", disse o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ).

Na esteira das declarações de Motta, Bolsonaro também informou que está buscando outros partidos para fazer o PL da anistia avançar. Ele também elogiou o novo presidente da Câmara. “Essa pauta humanitária faz alegrar os nossos corações. Tenho conversado com parlamentares de outros partidos e todos comungam do mesmo sentimento. Orgulho ainda do jovem Hugo Motta, cabra da peste, que em boa hora assumiu a presidência da nossa Câmara dos Deputados”, disse o ex-presidente.

Base de Lula reage contra falas de Motta e governo avalia recados dos deputados

Na contramão da oposição, parlamentares da base do governo Lula reagiram aos acenos feitos por Motta às pautas da direita na Câmara. O

principal incômodo por parte dos petistas foi justamente em relação ao projeto da anistia. Sem citar a declaração de Motta, a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), afirmou no X (antigo Twitter) que a votação do projeto é "descabida". "Não se trata de atender o objetivo político deste ou daquele partido, mas de defender a democracia, respeitar e cumprir a decisão da Justiça sobre os ataques aos Três Poderes", afirmou Gleisi.

O vice-líder do governo na Câmara, Rogério Correia (PT-MG), declarou que é um "negacionismo inaceitável" defender que os aliados de Bolsonaro não tentaram aplicar um golpe de Estado. "Não vale um relatório de mil páginas aprovado no Congresso via CPMI? Não valem os múltiplos indiciamentos pela PF após provas e delações? Não valem as minutas

golpistas na sede do PL? Não valem as bombas colocadas no aeroporto de Brasília e os planos de assassinato de Lula, Alckmin e Moraes?", indagou.

Além disso, os aliados do governo Lula viram com desconfiança as declarações de Motta sobre a agenda econômica do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O chefe da pasta esteve reunido com o presidente da Câmara na semana passada para tratar sobre as prioridades do governo. Motta solicitou, por exemplo, que o governo apresente as formas de compensação para aprovar a isenção no imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil e cobrou mais responsabilidade do Executivo nos gastos públicos. "A isenção é um projeto simpático. Quem é que não gostaria de aprovar um projeto que ajuda as pessoas que têm uma faixa de

renda menor? Mas temos que ter muito equilíbrio para que uma medida como essa não venha a ter efeito ruim, já que temos hoje uma alta taxa de juros, o dólar chegando a níveis máximos. Isso traz um efeito principalmente no que diz respeito à inflação", disse Motta.

Em entrevista ao jornal *O Globo*, o presidente da Câmara criticou Lula ao dizer que o petista "falava para uma bolha" e que o governo erra na condução da economia. "Do ponto de vista econômico, o governo tem vacilado e deixado de tomar decisões necessárias. Isso tem trazido instabilidade", afirmou o deputado.

Apesar das críticas do presidente da Câmara, Haddad fez um aceno ao deputado ao chamá-lo de "líder extraordinário". "Vejo, na figura do deputado Hugo Motta, uma liderança

extraordinária, que o Brasil já conhecia e passa a conhecer melhor agora em um cargo tão importante. Acompanhei o seu mandato até aqui, aliás o quarto [mandato]. Tenho satisfação de dizer que a relação entre nós, ao longo desses últimos dois anos, não poderia ser melhor”, disse Haddad em entrevista a jornalistas.



[Voltar ao índice](#)



*Kanye West: fortuna e legado em risco devido a posturas nazistas e antissemitas.
(Foto: Divulgação/Netflix)*

Perfil

Quem é o rapper Kanye West, ex-bilionário da Forbes agora processado por nazismo

Por Omar Godoy

Conhecido por ser o artista mais polarizador de sua geração, Kanye West está novamente envolvido em controvérsias. E, desta vez, das

bem pesadas. Já acusado de flertar com ideias nazistas em outras ocasiões, o rapper e produtor americano desafiou todos os limites possíveis no último final de semana, quando reduziu a oferta de sua marca de moda a um único produto: uma camiseta branca estampada com uma suástica negra.

A polêmica começou dias antes, quando West, de 47 anos, compartilhou uma série de mensagens provocativas no X — que incluíam, entre outras barbaridades, uma exaltação da figura de Hitler. No dia 9 de fevereiro, o artista veiculou um comercial durante a transmissão do Super Bowl em que aparecia sentado numa cadeira de dentista e chamava o público para visitar o site de sua grife. Em tom irônico, ele atribuiu a simplicidade da produção ao alto custo de seu tratamento odontológico.

Depois de revelada a novidade bizarra de sua loja virtual — a já citada peça nazi —, vieram as consequências. A marca de Kanye West foi removida da plataforma Shopify, usada para operar as vendas digitais de seus produtos, bem como a conta dele do X. Ambas as empresas alegaram que o rapper violou seus termos de uso. Em seguida, o agente musical de West anunciou o rompimento de seu contrato com o artista. A mesma atitude foi tomada pela companhia responsável por sua representação.

Além disso, o site *TMZ* revelou que o artista está sendo processado por uma ex-funcionária de seu setor de marketing — e justamente devido aos seus comentários de cunho nazista e antissemita. De origem judia, a publicitária busca uma indenização por danos emocionais e

assédio moral. Segundo ela, o rapper fazia brincadeiras do tipo “Bem-vindos ao primeiro dia de trabalho para Hitler” e a chamava de feia, burra e cafona.

Artista desafiou os estereótipos do rap e inovou no mercado de moda

Natural de Atlanta, porém criado em Chicago, Kanye West é uma espécie de ícone da contradição. Começando por sua origem sociocultural, que destoa das narrativas comuns no ambiente do hip-hop. Ao contrário de grande parte dos ídolos do gênero, ele não veio do gueto. Filho de uma professora acadêmica e de um fotógrafo, West cresceu com apoio familiar, acesso à educação e oportunidades de crescimento pessoal — condições que

estimularam sua ousadia artística e ambição empresarial.

Essa trajetória que desafia os estereótipos do rap é o motor de sua obra, composta por álbuns que passeiam por diversos assuntos e sonoridades. Em paralelo à carreira musical premiada e lucrativa, o artista também se impôs como um inovador no mercado da moda, chegando a firmar uma parceria vitoriosa entre sua marca e a gigante Adidas.

Kanye ainda se destacou no campo do marketing. Especialista em autopromoção, desde o início da carreira chamou a atenção por suas opiniões politicamente incorretas e pela capacidade de criar situações “viralizáveis” — seu próprio casamento de oito anos com a

influenciadora Kim Kardashian foi marcado por vários episódios nesse sentido.

West sugeriu que a escravidão nos EUA foi uma "opção" dos negros

De uns anos para cá, no entanto, as declarações de Kanye deixaram de ser apenas apelativas e ganharam contornos mais radicais. Especialmente a partir de 2018, quando ele sugeriu, durante uma entrevista, que a escravidão nos Estados Unidos foi, em parte, uma escolha dos negros. “A gente ouve dizer que a escravidão durou 400 anos. Quatrocentos anos? Parece uma opção”, afirmou o rapper, que também criticou a suposta exploração de jovens artistas negros por parte de empresários judeus do entretenimento.

Em 2022, o rapper chocou novamente a opinião pública ao aparecer usando uma camiseta com a frase *White lives matter* (“Vidas brancas importam”, uma resposta de grupos supremacistas brancos ao slogan “Black lives matter”). No mesmo ano, em outra entrevista, ele fez seus primeiros elogios públicos a Adolf Hitler. “Todo ser humano tem algo de valor para trazer à mesa, especialmente Hitler”, disse, para depois pedir desculpas e atribuir seu comportamento a um transtorno bipolar recém-diagnosticado.

Rapper perdeu parte da fortuna após declaração polêmica

Para seus admiradores mais empolgados, Kanye West usa essas declarações ofensivas para expor contradições culturais e estimular a discussão

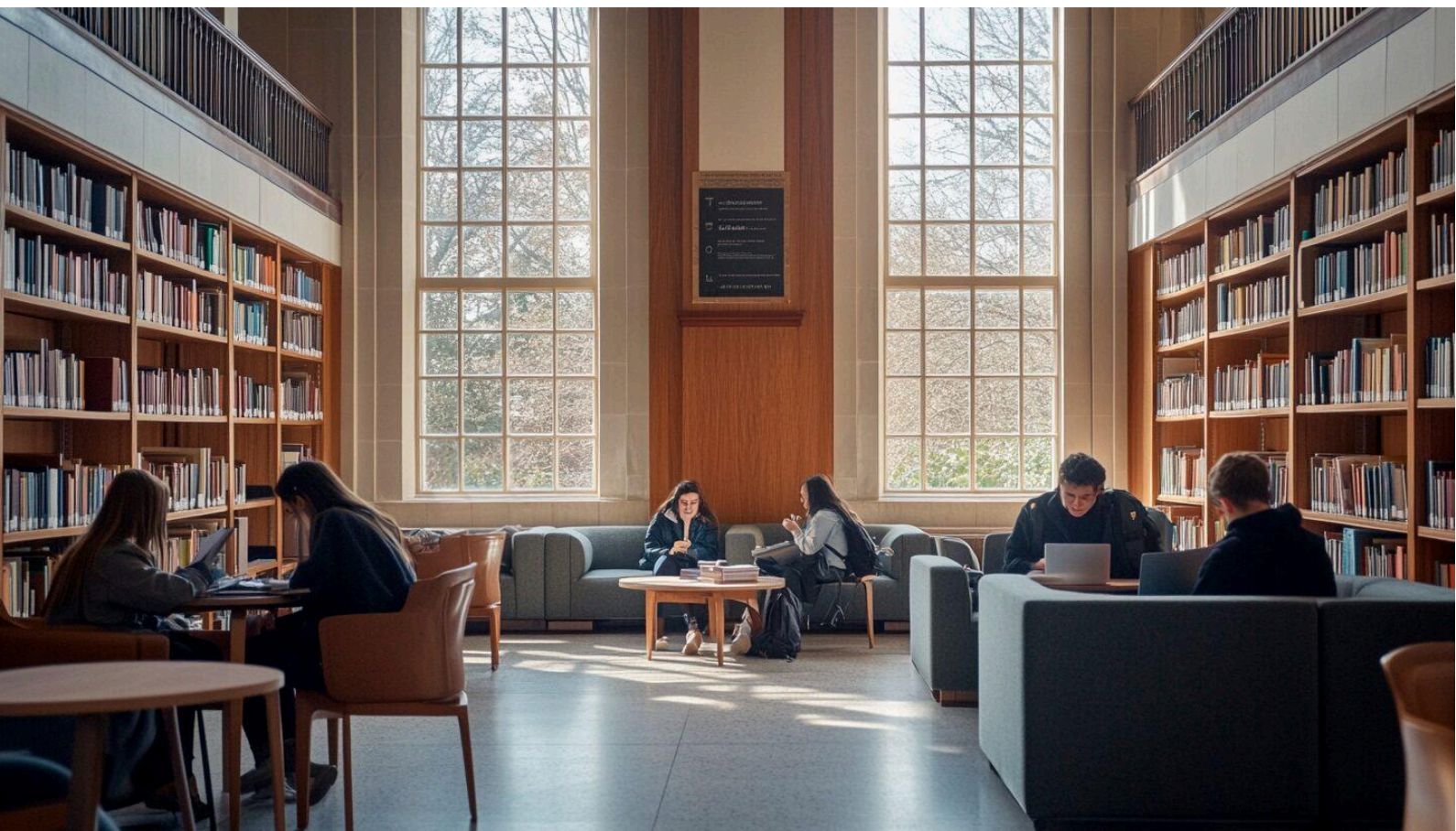
sobre temas tabu. Seus críticos, em contrapartida, o acusam de planejar cuidadosamente as provocações, muitas delas divulgadas antes do lançamento de um novo produto (seu próximo álbum, por sinal, está previsto para sair em junho).

Os números, no entanto, apontam que essa suposta estratégia “disruptiva” não é sustentável. Muito pelo contrário. Em 2022, West viu sua fortuna cair consideravelmente após a Adidas repudiar suas posturas e se recusar a prosseguir trabalhando com ele. O rapper perdeu US\$ 1,5 bilhão em função do rompimento desse contrato e acabou ficando de fora da famosa lista de bilionários da revista *Forbes* (onde figurou durante três anos).

Enquanto caminha na corda bamba entre o marketing do escândalo e a autossabotagem, Kanye West não arrisca apenas seu patrimônio. Ele coloca em jogo o próprio legado — que, a longo prazo, pode ser lembrado pela intolerância, em vez da inovação.



[Voltar ao índice](#)



Opções de faculdades livres de militância woke são cada vez mais comuns no Brasil. (Foto: Ilustração/Leonardo Desideri com Midjourney)

Alternativa na educação

Opções de faculdades livres de militância woke crescem no Brasil; conheça algumas

Por Leonardo Desideri

Nos últimos anos, é comum ouvir estudantes e professores contrários à militância woke

lamentando a escassez de ambientes universitários no Brasil onde reine a liberdade acadêmica, em especial no campo das humanidades. O cenário está começando a mudar. Instituições de ensino superior têm sido criadas com a proposta de dar novo espaço ao conceito clássico de universidade, baseado em pluralismo intelectual, liberdade acadêmica, investigação objetiva da verdade e valorização do mérito e da excelência (**veja lista de algumas dessas instituições no final deste texto**). Além disso, docentes, coordenadores e reitores de algumas instituições antigas começam a abrir as portas para uma renovação nesse sentido.

Gestores acadêmicos relatam à **Gazeta do Povo** um início de esgotamento do radicalismo identitário, que ainda se impõe no ensino superior, mas já começa a secar pela raiz. O

excesso de dogmatismo, a falta de fundamentos intelectuais sólidos e a influência da internet, que expõe novas perspectivas, levam cada vez mais estudantes e professores a encararem com ceticismo as ladainhas da militância woke. "Chegou a tal extremo que as pessoas se cansam, e aí volta o espaço da razão. O wokeísmo está em declínio", afirma um dos gestores, que prefere não ser identificado.

Nas duas maiores cidades do país, instituições de ensino superior começam a recuperar a essência do ensino universitário clássico, seja implementando iniciativas nesse sentido em cursos específicos ou incluindo essa proposta em sua própria missão geral. Em São Paulo, a Faculdade Belavista, que oferece cursos de Direito e Economia, e a UniÍtalo, com um portfólio de 70 graduações, são exemplos desse

movimento. No Rio de Janeiro, a Faculdade Mar Atlântico, que tem os cursos de Gestão Pública e Filosofia, segue o mesmo rumo.

Na Unifal, o historiador Rafael Nogueira, ex-presidente da Biblioteca Nacional, tornou-se coordenador da licenciatura em História. O convite para o cargo, segundo ele, partiu do interesse em "priorizar o estudo da história acima das politizações". "O que muita gente quer não é um ensino militante, mas um ensino acadêmico de verdade, onde o aluno pode ter contato com diferentes visões sem ser obrigado a seguir uma cartilha ideológica", afirma.

A Belavista e a Mar Atlântico adotam um *core curriculum*, isto é, um conjunto obrigatório de disciplinas fundamentais para todos os alunos,

independentemente de sua área de especialização. Esse modelo foi um pilar na construção da excelência acadêmica de universidades como Harvard e Columbia. A ideia é garantir uma formação sólida em disciplinas essenciais como filosofia, história, ciências e artes, criando um ambiente acadêmico que valoriza o pensamento crítico e a tradição intelectual ocidental – o que inclui a leitura de grandes clássicos da literatura.

Gestores das instituições relatam que o crescimento da procura por esse tipo de formação é evidente, mesmo diante da campanha em meios de comunicação e na própria academia contra qualquer proposta que, no âmbito educacional, remeta à tradição. “É o que muita gente está buscando. O pensamento clássico é muito rico, muito empolgante. Eu

acho que, se todo mundo soubesse o que é, mais gente ainda querería. E mesmo com toda a desinformação, há um público grande interessado por esse tipo de conteúdo", diz um dos entrevistados.

Liberdade acadêmica favorece conexão dos estudantes com o mercado profissional

Algumas universidades e faculdades, embora não tragam a proposta explícita de resgatar elementos do ensino universitário clássico em seu projeto pedagógico, são reconhecidas por docentes e gestores contatados pela reportagem por dar ampla liberdade acadêmica a seus professores e estudantes.

Isso tende a favorecer, segundo eles, a conexão dos alunos com o mercado de trabalho. O tempo

que se economiza com menos ouvidos para a militância tende a ser aplicado em assuntos de interesse prático para a vida profissional dos alunos.

Um exemplo é o Ibmec, que tem unidades em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília. A instituição tem 14 cursos de graduação – entre os quais alguns que, em outras universidades, podem ser focos de ideologia woke, como Comunicação Social, Direito e Relações Internacionais.

Um professor do Ibmec que falou com a reportagem comparou a situação da instituição com uma universidade pública em que ele também dá aulas. "Realmente há uma predominância muito, muito alta dessa cultura woke, desse progressismo [na pública].

Costumo dizer que eles têm que cuidar muito bem de mim lá, porque garanto a diversidade dentro da instituição", comenta. Sobre o Ibmecc, por outro lado, a instituição é "muito aberta, plural". "Tem, sim, professores e também alunos que seguem a onda woke, mas não é algo dominante e não se cria um ambiente de inibição", afirma.

No Centro Universitário Barão de Mauá, em Ribeirão Preto (SP), há um cenário parecido: mesmo não tendo uma proposta muito fora do convencional, a instituição é elogiada por docentes por ser um ambiente de liberdade acadêmica. "Desde que entrei na universidade, sou muito livre e me sinto muito autônomo para dar os conteúdos. A coordenação inclusive estimula pensamentos diferentes. Essa é uma grande falta, principalmente na parte das

humanas, onde é difícil encontrar pessoas com um pensamento mais pragmático, objetivo e científico", diz um professor, que relata ter vivido uma experiência bastante diferente em uma universidade pública onde deu aulas antes.

Para esse docente, o espírito universitário tem a ver com diversidade, mas "não a diversidade woke, e sim a diversidade real, uma diversidade que inclui todas as pessoas que têm um pensamento diferente, que querem falar sem ser censuradas". Uma das consequências dessa liberdade é a quebra das barreiras que a ideologia woke costuma levantar contra certos grupos. "Vou dar um exemplo local: a Barão de Mauá é uma das maiores [universidades] aqui na região de Ribeirão Preto. E a região é inteira voltada para o agro, que tem um poder muito forte aqui. E, até pouco tempo atrás, o curso de

jornalismo tinha certo receio de tratar com o agro. Mas, por conta do trabalho da coordenação, o curso de jornalismo se aproximou mais dessa realidade, pensando mercadologicamente, profissionalmente. Muitos estudantes vão sair da faculdade e quem vai dar emprego são, muitas vezes, pessoas ligadas ao agro", explica o professor. "Não dá para ter receio; tem que, pelo menos, tratar. E isso foi trabalho da coordenação."

Outra faculdade que, segundo fontes ouvidas pela reportagem, tem um ambiente favorável à liberdade acadêmica é a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), na capital paulista. Focada em cursos que costumam ser dominados por ideologias progressistas, como Cinema e Audiovisual, Comunicação e Publicidade, Direito, Jornalismo e Relações

Internacionais, a tradicional instituição, fundada em 1951, mantém o respeito pela pluralidade. O foco no mercado, de acordo com uma fonte, é o motivo disso. "O único objetivo é o sucesso profissional do estudante. O foco está tanto nessa direção que eu acho que iniciativas em outra direção não prosperam dentro da escola", afirma.

MEC cria algumas barreiras, mas não impede alternativas à visão de mundo woke, dizem gestores e professores

Uma das dificuldades das novas iniciativas mencionadas pode ser a de se adequar a algumas exigências pedagógicas impostas pelo Ministério da Educação (MEC), em especial porque a onda woke conseguiu, ao menos em alguma medida, penetrar no âmbito

governamental nas últimas décadas. Mas, segundo os gestores e docentes consultados pela reportagem, o monstro não é tão grande quanto parece. É possível, de acordo com eles, atender às exigências do MEC sem precisar ceder à ideologia woke. As diretrizes curriculares impõem temas que foram apropriados, nos últimos tempos, pela cultura woke, como meio ambiente e direitos humanos, mas é possível abordar estes assuntos sem cair na doutrinação ideológica. "A centralização no MEC é um problema, porque existem certos requisitos legais a que todas as universidades devem atender. E as particulares, como dependem da avaliação do MEC para ganhar ponto e, com isso, atrair aluno, precisam atender a isso. Existem disciplinas em que é obrigatório abordar história afro, direitos humanos, meio ambiente... Entendo essa

obrigatoriedade como um resultado da pressão da ideologia woke. Mas, por outro lado, o corpo docente tem autonomia para definir bibliografias e metodologias", diz um professor que não quer ser identificado.

Rafael Nogueira, coordenador de História da Unifal, relata experiência semelhante. "A gente se adaptou bem às normas do MEC e está tranquilo quanto a isso. Acho que algumas exigências poderiam ser alteradas, ou pelo menos mais flexibilizadas. Não é o caso de História da África, por exemplo, que a gente acha importante. Em geral, a gente se adaptou e conseguiu criar um sistema que deixou o curso com a nossa cara e, ao mesmo tempo, atendendo às exigências do MEC."

Outro gestor acadêmico entrevistado vê nessas exigências do MEC uma oportunidade de oferecer uma visão mais profunda, livre de disputas ideológicas e rancores, sobre desafios da sociedade atual. "A gente quer oferecer uma coisa aberta, que realmente enriqueça os alunos. Se a gente não fizer isso, eles vão buscar em outros lugares", diz.

Universidades públicas ainda são redutos woke, mas tendência pode estar mudando, dizem professores

As iniciativas mencionadas são exclusivas de faculdades particulares e ainda são pouco bem-vindas, de acordo com os professores consultados, nas universidades públicas brasileiras. Nessas instituições, o espaço para alternativas ao discurso woke, especialmente

em cursos de humanidades, é bem menor. Carlos Ferraz, professor de filosofia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), constata uma mudança evidente de paradigma desde que ele ingressou na vida acadêmica até hoje. "Isso foi crescendo dentro da universidade. Quando eu fui aluno de graduação, não via tão escancaradamente essas pautas serem impostas dentro do curso. Mas, com o passar do tempo, fui vendo que elas foram gradualmente crescendo, foram se espraiando, e os novos professores foram já aderindo a elas, de tal forma que hoje se tornaram hegemônicas", conta. "O professor, quando faz um concurso e ingressa, passa por um processo de formação. O que ele aprende nesse período? Pautas antirracistas, visibilidade trans etc. Esses são os temas que são apresentados para um novo professor na

universidade. Isso não ocorria quando eu ingressei", acrescenta.

Para ele, ser obediente a esse tipo de agenda acaba sendo determinante para o sucesso acadêmico nas universidades públicas. "É muito difícil um professor prosperar academicamente, conseguir cargos de gestão, pró-reitorias, reitorias, se ele não estiver plenamente vinculado a essas pautas. O discurso dele, pelo menos, tem que ser em defesa dessas pautas. E é difícil para um professor hoje se opor a isso", diz. "A pauta woke tende a ser ditatorial e autoritária. Aquele que não adere a ela passa a ser malvisto: é racista, é xenófobo, é misógino, é homofóbico, enfim... Nós temos grandes teóricos confrontando essas ideias e publicando livros. Há uma bibliografia bastante robusta hoje de teóricos que questionam, mas eles

sempre são muito atacados dentro do universo acadêmico", complementa.

Ainda assim, há alguns sinais de mudança. O cientista político Luiz Ramiro, que já lecionou em universidades públicas como a UERJ e a Unemat, explica que a influência das ideias woke se intensificou "nos últimos 15, 20 anos", mas já começa a dar sinais de exaustão.

A contaminação ideológica das universidades públicas, segundo Ramiro, ocorreu não apenas por influência de professores engajados, mas pelo próprio modelo de seleção e financiamento da pesquisa acadêmica. "O problema é que, dentro das universidades federais, esse sistema se retroalimenta. Você tem mais pessoas que recebem bolsa para isso, tem mais estudantes, tem mais bolsistas, e aí tem mais gente

estudando, mais gente que vai reproduzindo isso, mais livros são publicados, o que decanta em livros didáticos, e o sistema se retroalimenta", relata. Mas, segundo ele, esse sistema acaba empobrecendo a produção científica, o que não escapa aos olhos do mercado profissional e dos próprios alunos. A falta de substância intelectual é tamanha que o sistema começa a se corroer.

Além disso, ressalta ele, o perfil do público universitário está mudando. "Já se percebe, por exemplo, mesmo nas universidades públicas, um movimento de um público cada vez mais evangélico. Pessoas que, na verdade, não querem nada com essa militância estudantil", afirma. "E vale lembrar que a esquerda não tem mais a garantia do público jovem. Ao contrário,

eles têm uma preocupação muito grande quanto a isso."

Para Rafael Nogueira, pessoas com visões alternativas à ideologia woke precisam ter menos receio de se aproximar do universo acadêmico por causa de uma visão pessimista da situação das instituições. "Existe uma forte convicção em mim de que as universidades públicas não são de esquerda. São de todo mundo. Todos nós pagamos imposto."

Conheça algumas faculdades com baixa influência de ideologias woke no Brasil

Centro Universitário Barão de Mauá

Onde: Rua Ramos de Azevedo, 423, Jardim Paulista, Ribeirão Preto (SP).

Cursos de graduação: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Biomedicina, Ciência da Computação, Ciências Biológicas, Ciências Biológicas - Licenciatura, Design Gráfico, Direito, Enfermagem, Estética e Cosmética, Farmácia, Fisioterapia, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira, História, Jornalismo, Letras, Marketing, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Pedagogia, Produção Audiovisual, Psicologia e Publicidade e Propaganda.

Site: baraodemaua.br

Centro Universitário Ítalo Brasileiro (UniÍtalo)

Onde: A UniÍtalo está localizada na Avenida João Dias, 2046, Santo Amaro, São Paulo (SP).

Cursos de graduação: 48 cursos de graduação, entre os quais Administração, Arquitetura e

Urbanismo, Biomedicina, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Agrônômica, Farmácia, Fisioterapia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Pedagogia, Psicologia, Publicidade e Propaganda, História, Letras, Filosofia e Teologia.

Site: italo.com.br

ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing)

Onde: São Paulo (SP): Rua Doutor Álvaro Alvim, 123, Vila Mariana; Rio de Janeiro (RJ): Rua do Rosário, 90, Centro. Porto Alegre (RS): Rua Guilherme Schell, nº 350, Santo Antônio.

Cursos: Administração, Ciência de Dados e Negócios, Ciências do Consumo, Cinema e

Audiovisual, Comunicação e Publicidade, Design, Design de Animação, Direito, Jornalismo, Relações Internacionais e Sistemas de Informação.

Site: espm.br

Faculdade Belavista

Onde: Unidade I: Rua Martiniano de Carvalho, 573, Bela Vista, São Paulo (SP); Unidade II: Rua Cardeal Arcoverde, 563, Pinheiros, São Paulo.

Cursos: Direito e Economia.

Site: faculdadebelavista.edu.br

Faculdade Mar Atlântico

Onde: Rio de Janeiro: Avenida das Américas, 3434 - Barra da Tijuca; Fortaleza: Rua Monsenhor Bruno, 1153 – 50º andar – Aldeota.

Cursos: Filosofia e Gestão Pública.

Site: faculdademaratlantico.com.br

Ibmec (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais)

Cursos oferecidos: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciência de Dados e Inteligência Artificial, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, Direito, Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Engenharia da Produção, Engenharia de Software, Engenharia Mecânica, Full Stack Development, Relações Internacionais.

Endereços:

Ibmec RJ Centro - Avenida Presidente Wilson,
118

Ibmec RJ Barra - Avenida Armando Lombardi,
940

Ibmec Brasília - SIG - Quadra 4 - Edifício
Capital Financial Center, St. Sudoeste Bl. A

Ibmec Paulista - Alameda Santos, 2356 -
Cerqueira César

Ibmec Faria Lima - R. Sumidouro, 89 -
Pinheiros

Ibmec Belo Horizonte - R. Rio Grande do Norte,
300 - Funcionários

Site: ibmec.br



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- [Mais de duas dezenas de ONGs brasileiras receberam R\\$ 267 milhões da Usaid](#)
- [Movimentação da direita para o impeachment de Lula enfrenta resistência do Centrão](#)
- [Poder de polícia da Funai gera insegurança no campo e vira cabo de guerra entre Lula e agro](#)
- [“O Brasil é dos brasileiros”:
invenção de Sidônio Palmeira lembra slogan fascista](#)
- [Consultoria Deloitte também encerra programas de diversidade e inclusão nos EUA](#)
- [Primeiro filme de ficção da Brasil Paralelo trata de moralidade e religiosidade](#)

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva dos Reis. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice